

PLANEJAMENTO URBANO DE BAIXO CARBONO

CASO: Programa de Desenvolvimento de Baixo Carbono da Cidade do Rio de Janeiro/RJ

PAÍS: Brasil

CIDADE: Rio de Janeiro/RJ

POPULAÇÃO: 6.688.927



PLANEJAMENTO URBANO

CONTEXTO

A história da Cidade do Rio está intimamente ligada ao meio ambiente. Na cidade nasceu a consciência internacional sobre a preservação do ambiente, quando a Rio 92 reuniu as principais lideranças políticas do mundo para discutir o desenvolvimento sustentável que foi retomada durante a Conferência da Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em 2012.

Os fenômenos climáticos por que passa o planeta reforçam a importância da preservação da natureza como condicionante de nossa evolução e nos convoca a repensar o modelo de desenvolvimento a ser adotado. Nesses últimos dois anos, a cidade do Rio de Janeiro, através de ações firmes da Prefeitura, tem se destacado no enfrentamento às mudanças climáticas, considerando além da dimensão ambiental, tecnológica e econômica, a dimensão cultural e política, que vai exigir a participação de todos os segmentos da sociedade carioca. Foi uma das primeiras no país a definir uma Política Municipal de Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável, iniciativa essa que consagrou o esforço conjunto do poder executivo com a Câmara de Vereadores do município. Criou também seu Fórum Carioca de Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável, composto por representativos segmentos do setor público, iniciativa privada e sociedade civil, cujo objetivo é contribuir na busca de soluções viáveis para adoção de políticas públicas nessa área. A Política de Mudanças Climáticas da cidade é executada pela Gerência de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável da atual Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente.

Novamente, a cidade é pioneira em matéria ambiental. Ao elaborar seu terceiro Inventário de emissões de gases do Efeito Estufa, a cidade se torna uma das primeiras do mundo a testar o novo padrão mundial de inventário, instituído pelo WRI, Banco Mundial, C-40 e ICLEI, ou seja, com dados mais consistentes, confiáveis e comparáveis e reconhecidos internacionalmente. O estudo é mais do que uma radiografia das emissões de dióxido de carbono no perímetro urbano e representa um material inestimável para orientar a política de desenvolvimento da cidade. Além do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, o caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável tornou-se mais claro. A Prefeitura e a COPPE/UFRJ traçaram um plano de ação que contempla as medidas que estão sendo realizadas pelo governo municipal visando atingir as metas de redução de gases do efeito estufa, previamente estabelecidas pela política climática da cidade, tais como a duplicação da malha cicloviária, a expansão do programa de reflorestamento, a instalação do Centro de Tratamento de Resíduos, a queima de Biogás, a racionalização dos transportes coletivos com a implementação dos corredores exclusivos de ônibus (Transcarioca, Transolímpica, Transoeste e Transbrasil), entre outras.



Mapa do corredor de ônibus Transcarioca.

Fonte: <http://infraestruturaurbana17.pini.com.br/solucoes-tecnicas/13/brt-transcarioca-corredor-de-onibus-com-pavimento-de-concreto-254421-1.aspx>

DESCRIÇÃO

Certificado de acordo com a norma ISO, o Programa de Desenvolvimento de Baixo Carbono da Cidade do Rio de Janeiro estabelece um conjunto de requisitos para apoiar a cidade a planejar, implementar, monitorar e contabilizar investimentos de baixo carbono e ações de mitigação dos impactos das mudanças climáticas em diferentes setores. O Programa permite que a cidade planeje e implemente as ações de mitigação – denominadas intervenções – necessárias para alcançar suas metas de redução de emissões de GEE estabelecidas pela Lei 5.248/2011, bem como demonstrar de forma confiável e transparente a consecução dessas metas por meio do monitoramento e da contabilidade das ações realizadas. O Programa de Desenvolvimento de Baixo Carbono da Cidade define uma estrutura organizacional clara e robusta, estabelecendo funções com responsabilidades e atribuições específicas, bem como um processo que estabelece os procedimentos e critérios pelos quais as intervenções são avaliadas e contempladas no Programa.

É estabelecida a Entidade de Coordenação e Gestão do Programa, órgão central do município responsável por supervisionar, coordenar e gerir o programa. A entidade deve estar estrategicamente posicionada em um nível alto do governo municipal de forma a viabilizar a coordenação e implementação das ações do programa em todos os órgãos da administração direta e indireta municipal. O responsável por esse papel no Rio de Janeiro é a Secretaria Municipal da Casa Civil. A Entidade de Gestão da Informação é o órgão central que coordena e gerencia todas as informações e dados relacionados ao programa e abriga o Sistema de Monitoramento, Relato e Verificação do Programa. Conforme exigido pela metodologia específica, o órgão é responsável por gerar relatórios de monitoramento anuais de emissões gases de efeito estufa. O responsável pela gestão da informação deve ter ambas as capacidades de coordenação com todos órgãos da administração direta e indireta municipais e experiência de coleta e gerenciar grandes quantidades de dados. O responsável por esse papel no Rio de Janeiro é o Instituto Pereira Passos, centro de dados da cidade, com foco na produção de informações de mapas, geografia e estatística. O Instituto Pereira Passos reporta-se a Secretaria

Municipal da Casa Civil sobre os resultados e conformidade dos dados fornecidos pelos respectivos órgãos da administração direta e indireta municipal. Um Comitê Executivo de Mudanças Climáticas será coordenado pela Entidade de Coordenação e Gestão do Programa e atuará como um comitê consultivo do programa.



Vista aérea do Aterro do Flamengo.

Foto: Selmy Yassuda

O Comitê delibera sobre a elegibilidade das intervenções a serem contempladas no programa, obtenção e fornecimento de informações para o Sistema de Monitoramento, Relato e Verificação e apoiará o programa com base nas experiências setoriais, no conhecimento das atividades existentes no município e nos acordos institucionais existentes. A Entidade de Assessoria Técnica é o órgão que fornece informações técnicas para apoiar a implementação das intervenções, provê diretrizes para a elaboração do plano de ação climática com base nos estudos desenvolvidos sobre os impactos das mudanças climáticas sobre o território municipal e suas vulnerabilidades, realiza a análise prévia do potencial de redução de emissões de GEE resultantes das intervenções e relata as informações à Entidade de Coordenação e Gestão do Programa, subsidiando o processo de tomada de decisão. O responsável por esse papel no Rio de Janeiro é a Gerência de Mudanças Climáticas da Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente.

Cada nova intervenção deve seguir o fluxo do programa, que determina os procedimentos e critérios pelos quais as intervenções são avaliadas para serem contempladas no programa, bem como o processo de monitoramento, relato e verificação das reduções de emissões de GEE resultantes. O fluxo do programa é composto por cinco etapas principais, nomeadamente a identificação de intervenções, a quantificação do potencial de redução de emissões de GEE, a tomada de decisão, a validação e verificação e o monitoramento, relato e controle de qualidade.

Uma intervenção do Programa de Desenvolvimento de Baixo Carbono pode ser qualquer atividade que reduza emissões, incluindo projetos, bem como políticas municipais, de qualquer setor urbano. Nesse sentido, o programa tem o potencial de se expandir horizontalmente ao longo do tempo para incluir uma ampla gama de atividades municipais - institucionalizando uma “lente de carbono”, através da qual todas as atividades municipais podem ser vistas. Os primeiros projetos incluídos no processo do programa permitirão à cidade demonstrar como este funciona na prática e será apenas o começo para que se abra um caminho para planejar, implementar, monitorar e contabilizar investimentos de baixo carbono e ações de mitigação dos impactos da mudança do clima em todos os setores da cidade.



OBJETIVOS

- Demonstrar de forma transparente o esforço municipal em atingir as metas voluntárias de redução de emissões GEE da Cidade, fornecendo uma estrutura para a contabilidade de ações de mitigação;
- Quantificar as reduções de emissões de GEE resultantes das ações municipais;
- Conduzir um modelo pioneiro para a ação de mitigação da mudança do clima em cidades e que possam ser disseminadas em todo o mundo.

CUSTO/FINANCIAMENTO

O Programa de Desenvolvimento de Baixo Carbono da Cidade do Rio de Janeiro foi desenvolvido em conjunto pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Banco Mundial - Departamento de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial na Vice-Presidência da América Latina e Caribe e financiado pelo Korean Green Growth Trust Fund (KGGTF).

ESTRATÉGIA/RESULTADOS/IMPACTO

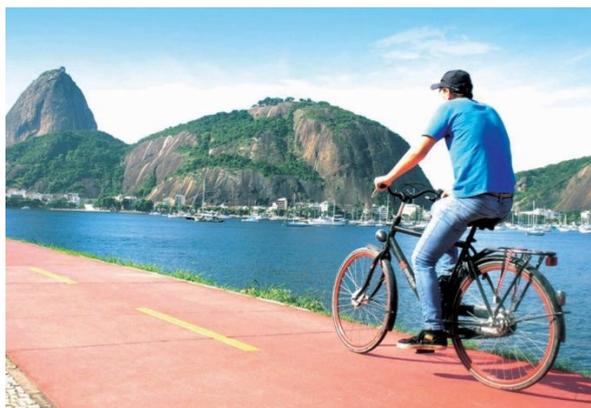
Através do Programa de Desenvolvimento de Baixo Carbono da Cidade foi possível estabelecer uma estrutura de governança climática municipal para planejar, implementar, monitorar e contabilizar investimentos de baixo carbono e ações de mitigação dos impactos das mudanças climáticas em diferentes setores. Além disso, permitiu integrar os vários planos e iniciativas municipais na cidade e identificar o componente de carbono, possibilitando quantificar as reduções de emissões de GEE resultantes das políticas, projetos programas e ações da cidade.

Outra questão de suma importância, refere-se à oportunidade única de estimular a cooperação institucional entre os diversos órgãos da administração direta e indireta municipal para reduzir as emissões antrópicas de gases de efeito estufa e para promover o desenvolvimento sustentável, removendo barreiras à implementação de intervenções, alavancando o potencial de reduções de emissões de GEE e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do município.

Por fim, o programa permitiu demonstrar de forma transparente, precisa e confiável o esforço municipal em atingir as metas voluntárias de redução de emissões GEE da Cidade, estabelecidas na Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, fornecendo uma estrutura robusta, clara e reconhecida internacionalmente para a contabilidade de ações de mitigação.

DESAFIOS

Tendo em vista que as mudanças climáticas são transversais a todas as áreas da administração municipal, foi feito um esforço no sentido de integrar praticamente todas as áreas no processo de combate ao aquecimento global. E neste particular, estão envolvidos principalmente as áreas de obras e urbanismo, saneamento, desenvolvimento social, educação, defesa civil, saúde, transporte, limpeza urbana, gabinete do prefeito, entre outras.



Ciclovía na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4617683>

O maior desafio foi o processo de conscientização sobre a importância para a cidade do Rio de Janeiro dos impactos das mudanças climáticas, que hoje são maior desafio da Humanidade. Entretanto, com esse processo de integração citado acima, foi possível realizar uma série de projetos envolvendo a maioria dos órgãos municipais, que facilitou o enfrentamento das dificuldades inerentes ao envolvimento direto da máquina administrativa. Entretanto, mesmo superando as dificuldades, a cidade do Rio de Janeiro, através de sua Gerência de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, vem desenvolvendo projetos e atividades de grande alcance socioambiental, disseminando conceitos e práticas sustentáveis associadas à redução de emissões de GEE visando tornar-se, no futuro, uma referência global no combate às mudanças climáticas.

Os futuros desafios compreendem a atualização e desenvolvimento de um Plano de Ação Climática, ambicioso e robusto, que seja compatível com os objetivos do Acordo de Paris, para atingir resultados de mitigação e adaptação, bem como desenvolvimento inclusivo resiliente e de baixo carbono. No entanto, o processo de engajamento de todas as áreas da administração municipal e instituições externas na revisão e atualização do plano de ação climática da cidade para assegurar o seu compromisso para alocar recursos adequados para implementação de ações ambiciosas e transformacionais e facilitar a melhor integração local de atividades de mitigação, é um desafio intrínseco ao processo de combate ao aquecimento global.

LIÇÕES APRENDIDAS/PONTOS DE DISCUSSÃO

Enfrentar os desafios das mudanças climáticas requer do gestor público conhecimento, seriedade, capacidade de fomentar com vigor as articulações institucionais e, principalmente, vontade política, com postura firme e determinada, no sentido de alcançar os seus objetivos estabelecidos.

A troca horizontal entre órgãos da administração municipal provou ser uma ferramenta poderosa para a partilha e implementação de práticas sustentáveis bem-sucedidas e reforço da capacidade técnica, particularmente quando as soluções apresentam desafios que requerem uma abordagem multidisciplinar com base nas experiências setoriais.



Un programa de
la Unión Europea

BIBLIOGRAFIA

Mudanças climáticas. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4110928>

Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:
<http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/mudancas-climaticas2>

PROGRAMA RIO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS. Disponível em:
<http://www.rio.rj.gov.br/web/seconserma/mudancas-climaticas>

AUTORES

O Programa de Desenvolvimento de Baixo Carbono da Cidade do Rio de Janeiro foi desenvolvido em conjunto pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Banco Mundial - Departamento de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial na Vice-Presidência da América Latina e Caribe.

Instituições Parceiras: Banco Mundial (BIRD); Centro Clima da COPPE/UFRJ, DNV KEMA Energy & Sustainability.